

## LICENÇA AMBIENTAL

LICENÇA OPERAÇÃO

LO n.º 161/2013

A SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, criada pela Lei Municipal nº 003 de 1993, no exercício das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.241/11 de 27/09/11, bem como de acordo com a Lei nº 6.938/81, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90, e Resolução CONAMA nº 237, de 19/12/1997, combinada com a Resolução CMMA nº 001/10, **EXPEDE A PRESENTE LICENÇA DE OPERAÇÃO**, que autoriza o:

Processo Administrativo: 027/2007 **Protocolo nº 1.299/13 de 23/10/13**

Licenciado: **OSMAR MEURER**  
CPF 347.024.820-68

Endereço: Linha Lajeado Boa Vista  
Interior do município de Nova Boa Vista/RS

**VISTO:** ART múltipla n.º 7071003 do CREA-RS de Assessoria, Assistência Técnica e Laudo Técnico, de responsabilidade da Eng<sup>a</sup> Agrônoma, LETÍCIA LAZZARI RIGO CREA-RS 158.076. Parecer Técnico da empresa JR AMBIENTAL CREA-RS 155.125, ART nº 6897939 (Contrato Administrativo), datado de 05/12/2013, manifestando-se favorável segundo o objeto condições e restrições:

**OBJETO:** Na propriedade rural localizada na Linha Lajeado Boa Vista, interior do município, imóvel matriculado no CRI de Sarandi sob nº 18.195 com 23,4 ha, Coordenadas Geográficas, Lat. 27°59'55,3"S Long. 52°59'40,1"W, Promover:

1. **OPERAÇÃO**, relativa à atividade **SUINOCULTURA** sistema **TERMINAÇÃO - Com Sistema de Manejo de Dejetos**, de **220 Animais**, alojados em 02 (dois) galpões criatórios com **301,00 m<sup>2</sup>**, sistema de tratamento de dejetos em 01 (uma) Lagoa de Estabilização com **260,00 m<sup>3</sup>** revestida em PEAD – Poli Etileno de Alta Densidade.

### CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

#### 1. Quanto às condições da propriedade:

1.1. Imóvel em questão deverá seguir o regime jurídico de conservação, proteção, regeneração e utilização estabelecidas na Lei Federal n.º 11.428 de 22/12/2006, bem como no Decreto Federal n.º 6.660 de 21/11/2008, que

dispõem sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;

1.2. Deverá adotar medidas técnicas para manter o controle das moscas e de outros vetores, no entorno e no interior das instalações;

1.3. A utilização de agrotóxicos e/ou medicamentos na propriedade deverá ser conforme prescreve o Receituário Agrônomo e/ou Receituário Veterinário;

1.4. Não deverá ocorrer a queima de resíduos, embalagens de agrotóxicos e/ou produtos veterinários conforme Lei Estadual n.º 9921/93, art. 11. As embalagens de agrotóxicos deverão ser destinadas aos geradores do produto conforme artigo 6 parágrafo 5 Lei 7802/89 alterada pela lei 9974/2000;

1.5. Fica proibida a queima, de resíduos sólidos de qualquer natureza, conforme Portaria n.º 02/84 - SSMA de 03/07/1984 ressalvas as situações de emergência sanitária, reconhecidas previamente pelo órgão ambiental competente;

1.6. Armazenar **sempre** a medicação em local fresco, limpo, seco e ao abrigo da luz e separada de **agrotóxicos** e de outros produtos não medicamentosos, principalmente aqueles com o conteúdo sob pressão;

1.7. As embalagens de **medicamentos e ou outros descartes de mesma origem devem** ser armazenados na propriedade (em uma central de resíduos), nas condições previstas no Receituário Veterinário, para posterior destinação a coletor e destinatário habilitado, informando semestralmente (até dia 15 dos meses de julho e janeiro), durante a vigência da presente LO, as pertinentes, coletas e destinações dos resíduos de que trata este condicionante;

1.8. Deverá ser notificada a autoridade municipal competente a cerca de quaisquer problemas ambientais que venham ocorrer na área e atividade objeto da presente LO;

1.9. Caso haja encerramento das atividades, deverá ser prevista a recuperação da área do empreendimento e apresentado ao Departamento Ambiental Municipal, com antecedência mínima de 03 (três) meses, o plano de desativação com levantamento técnico do (s) passivo (s) e definições da destinação final do(s) mesmos (s) para local com licenciamento ambiental, acompanhado de cronograma executivo.

## **2. Quanto à localização e características das construções:**

2.1. Deverão estar localizada a, no mínimo, 100 metros de manancial hídrico e 50 metros de nascente;

2.2. Deverão estar localizada a, no mínimo, 150 metros das habitações e terrenos vizinhos;

2.3. Deverão estar localizada a, no mínimo, 100 metros de estradas;

- 2.4. Deverão estar localizada a, no mínimo, 600 metros de núcleos habitacionais;
- 2.5. Os pisos devem ser mantidos em alvenaria e impermeabilizados, de modo a evitar a ocorrência de rachaduras e trincas;
- 2.6. As paredes internas e externas devem ser mantidas em material rígido não poroso, e com pintura;
- 2.7. A coleta e a condução lateral dos dejetos ao sistema de tratamento (esterqueira) devem ser mantidos em tubulação fechada, a fim de minimizar a proliferação de moscas, outros vetores e substâncias odoríferas;
- 2.8. Todas as águas servidas de limpeza e dejetos provenientes da atividade devem ser canalizadas para junto do sistema de coleta e tratamento de dejetos;
- 2.9. O sistema de compostagem, para destino de animais mortos, e outros resíduos de mesma origem, deverá ser mantido sob piso polido e bacia de contenção. A bacia de contenção deverá estar interligada com o sistema de tratamento de dejetos;

### **3. Quanto ao Manejo dos Resíduos:**

- 3.1. O sistema de depósito e tratamento de dejetos deverá ser mantido com capacidade mínima de **260,00 m<sup>3</sup>**, e os resíduos gerados pela atividade deverão ser destinados para uso agrícola após 120 dias de estocagem (tratamento);
- 3.2. A área de tratamento de dejetos deverá ser isolada com cerca de tela plástica com, no mínimo, 1,0 (um) metro de altura;
- 3.3. Deverão ser implantados procedimentos que evitem a propagação de odores, dispersão de poeiras e proliferação de vetores;
- 3.4. O sistema de em tela, deverá ser operado com uma folga técnica volumétrica de 20%;

### **4. Quanto às Características da Área de Aplicação dos Dejetos:**

- 4.1. Deverão ser utilizados os solos com uma boa drenagem interna, não sujeitos a inundação periódica;
- 4.2. O lençol freático deve estar a pelo menos 1,5 metros da superfície do solo, na situação crítica de maior precipitação pluviométrica;
- 4.3. Adotar práticas adequadas de controle da erosão, de acordo com orientações técnicas.
- 4.4. As áreas agrícolas receptoras do efluente do sistema de tratamento dos dejetos devem situar-se a uma distância mínima de 50 metros de estradas e corpos hídricos naturais, mesmo que intermitentes no mínimo a 2.000 metros de núcleos habitacionais, e no mínimo 700 metros de habitações vizinhas;

4.5. No caso de utilização de resíduos não estabilizados e de resíduos líquidos, deve ser feita a incorporação imediata do mesmo;

4.6. Não poderão ser lançados resíduos em qualquer corpo hídrico, mesmo que intermitente;

**Com vistas à renovação da presente LO, deveser requerido e apresentado ao Departamento do Meio Ambiente, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.**

1. Requerimento solicitando a renovação desta LO;
2. Cópia desta licença;
3. Laudo Técnico com a pertinente ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, informando as condições de operação de todo o sistema, (instalações, esterqueira, coleta e transporte dos dejetos, áreas de disposição final dos dejetos);
4. Plano de Gerenciamento de disposição em solo agrícola, por um período de 04 (quatro) anos, dos dejetos gerados pela atividade em tela, com ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, específica e relativa às atividades de Assessoria e Assistência Técnica;
5. Certidão Negativa de Tributos Municipais expedida pela Municipalidade;
6. Comprovante de pagamento das taxas de custos ambientais, previstas na Lei Municipal n.º conforme Leis Municipais nº 1.241/2011 de 27/09/2011.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

1. A responsabilidade técnica pelas informações e disposição em solo agrícola dos dejetos gerados pela atividade, é da Eng<sup>a</sup> Agrônoma LETICIA LAZZARI RIGO CREA-RS 158.076, através da ART múltipla n.º 7071003 do CREA-RS.

2. Esta **LO** é de caráter **PRECÁRIO**, só é válida para as condições contidas acima até o dia **10/11/2017**. Este perderá a validade caso os dados fornecidos pelo requerente não corresponderem à realidade, e ou algum prazo estabelecido não for cumprido. Em **ocorrendo REVOGAÇÃO** fiscalização ambiental municipal, lavrará automaticamente **Auto de Infração Ambiental**, de acordo com a legislação ambiental Municipal em Vigor, que recepiona a Lei n.º 9.605/98, combinada com o Decreto n.º 6.514/08;

3. A presente licença Ambiental não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, ou certidões de qualquer natureza exigida pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

4. O Sr. **Osmar Meurer fica e é** responsável em observar as condições expressas nesta licença, respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrente da má utilização da mesma;

**Observação:** Trata-se de uma atividade classificada como de porte “**MÍNIMO**”, e de potencial poluidor “**ALTO**”. A presente **LO, Renova a LO nº 220/2010** expedida pelo município.

Nova Boa Vista/RS, 06 de dezembro de 2013.

Marcos Rubenich  
Secretario Mun. de Agricultura e Meio Ambiente

Ederson Simon  
Fiscal Ambiental